



JUSTIÇA ELEITORAL
070ª ZONA ELEITORAL DE JOÃO PESSOA PB

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600065-06.2020.6.15.0070 / 070ª ZONA ELEITORAL DE JOÃO PESSOA PB
REPRESENTANTE: GILVANILDO PEREIRA DOS ANJOS
Advogado do(a) REPRESENTANTE: ALEXANDRE DINO DUARTE GUERRA - PB21037
REPRESENTADO: CONSULTORIA E PESQUISA TECNICA LTDA, SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICACAO LTDA

DECISÃO

Vistos, etc.

Recebo a petição.

Trata-se de Representação ao Registro de Pesquisa Eleitoral, com pedido de Liminar, intentada por GIVANILDO PEREIRA DOS ANJOS, candidato a vereador pelo PSB, nas eleições 2020, nesta capital, em face da CONSULT – PESQUISA Pesquisa de Opinião Pública LTDA. e a SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA., todos já qualificado nos autos, alegando o autor, em síntese, o seguinte:

No dia 14/10/2020, a Sociedade Paraibana de Comunicação LTDA. contratou a empresa CONSULT - PESQUISA para realização de pesquisa eleitoral no Município de João Pessoa - PB, pertinente às eleições municipais de 2020 para os cargos de prefeito e de vereador.

A referida pesquisa eleitoral foi registrada, no dia 14/10/2020, sob n.º PB 01936/2020, por meio do sistema PesqEle - TSE, com data prevista de divulgação para data de 20/10/2020, com realização de 1.000 entrevistas.

Aduz que tal pesquisa realizada não pode vir a ser publicada devido as irregularidades insanáveis existente em seu registro, como: Plano amostral, que prevê dados que não retratam a realidade eleitoral de João Pessoa, e sim do Estado do Rio Grande do Norte, comprometendo a confiança e margem de erro da pesquisa; Violação ao artigo 33, IV, da Lei 9.504/97 e ao art. 2º, IV, da Resolução TSE 23.600/2019 (dados do plano amostral, como: nível econômico, idade, etc.).

Argumenta a falta de indicação do Certificado Digital do estatístico responsável pela pesquisa, cuja omissão viola o art. 2º, IX, da Resolução TSE 23.600/2019.

Ao final, pediu, liminarmente, a suspensão da divulgação da pesquisa prevista para o dia 20/10/2020, diante da existência do fumus boni iuris, nos termos do art. 16 da Resolução TSE 23.600/2020, salientando que a divulgação da pesquisa constitui um fato político de elevada repercussão na mídia e no eleitorado, além da presença do periculum in mora. E caso tenha ocorrido a publicação, que seja determinada a sua retirada do ar, por ordem judicial e aplicação de multa.

No mérito, que seja julgada procedente a ação de impugnação para impedir a



divulgação da pesquisa eleitoral, até que sejam regularizados os vícios apontados no presente petítório.

Registro que no processo eletrônico, encontra-se anexada uma constestação da CONSULT - PESQUISA.

Feito este breve relato, Decido.

Em relação ao primeiro argumento quanto ao plano amostral que prevê o uso dos dados do TRE/RN e não do TRE/PB, impossibilitando retratar a realidade eleitoral de João Pessoa/PB com dados do estado do Rio Grande do Norte, implicando nível de confiança e margem de erro totalmente comprometidos, verifica-se que se trata de um mero erro material, ressaltando-se que empresa CONSULT - PESQUISA é do Rio Grande do Norte. Ademais, toda descrição do plano amostral é pertinente ao município de João Pessoa, de norte a sul, e de leste a oeste, abrangendo 40 bairros desta capital, como: Mandacarú, Manaíra, Mangabeira, 13 de Maio, etc., não ensejando o deferimento da liminar neste ponto.

No tocante a segunda alegação de violação ao Art. 33, IV, da Lei 9.504/97 e ao art. 2º, IV, da Resolução TSE 23.600/2019, pois, denota-se que no registro n.º PB-01936/2020 da referida pesquisa eleitoral junto ao TRE-PB, no dia 14/10/2020, prevê que, com relação ao Nível Econômico dos entrevistados, serão estimados por dados do IBGE (Critério Brasil), através dos valores do PNADC/2017, indicados a representarem aproximações dos valores que podem ser obtidos em amostras de Pesquisas de Opinião. A Ponderação para o Nível Econômico dos entrevistados, ocorre sobre a coleta em campo, sendo atingidos e identificados pela cobertura geográfica ampla da amostra, e pela Técnica de coleta de dados que é de Sorteios Múltiplos Aleatórios, (bairro/conglomerado, rua, domicílio/local pré-estabelecido, ponto amostral), sobre as regiões e bairros definidos para a amostra. Margem de Erro: O Erro Amostral máximo é de 3.1%, levando-se em consideração o tamanho da amostra, no uso do cálculo amostral pela proporção [estimador = p e $(1-p)$], usando variância máxima. Sobre as variáveis dos quesitos de interesse da pesquisa, esse erro deverá ser no máximo 3.1%, o que significa dizer que o percentual observado para as perguntas que representam o objetivo principal da pesquisa, pode variar para mais ou para menos em 3.1%, ou seja, um INTERVALO DE CONFIANÇA com esse percentual, tendo essa afirmação uma CONFIABILIDADE DE 95%, caindo, por terra, tal argumento.

Quanto a idade dos entrevistados, também, encontram-se estabelecidas as faixas etárias dos eleitores, e, em nenhum momento, faz-se referência a entrevista com menores de 16 anos. Diga-se, de passagem, que a Resolução acima referida não prevê percentuais de nível econômico, e sim ponderação com relação ao nível econômico do entrevistado, idade, área física da realização do trabalho, etc.

Repito, já está registrado que o nível econômico dos entrevistados ocorrerá por ocasião da coleta em campo.

No que se refere a falta da indicação do certificado digital do estatístico responsável pela pesquisa, que violaria o Art. 2º, IX da RES TSE 23.600/19, constitui uma mera irregularidade sanável, ressaltando-se que está patente o nome do estatístico responsável, no caso, PAULO DE TARSO TEIXEIRA FERREIRA, CONRE 7.861 - 5ª Região, sujeitando o responsável, em caso de fraude, nas penas da lei.

A título de ilustração, nesse sentido, transcrevo Decisão recente da Justiça Eleitoral do Piauí, extraído do DJe do TRE/PI, página 57, de 17/08/2020:

"O representante Ministerial opina pelo indeferimento da antecipação da tutela na forma pretendida, (...) Suscita acerca de suposta não apresentação de certificação digital do Estatístico que elaborou a pesquisa, conforme exigência prevista no art. 2º, IX, da Resolução nº 23.600/2019. Outrossim, opina que a suposta ausência que ele entende por verificada não teria o condão, por si só, de impedir que a pesquisa eleitoral seja divulgada para conhecimento da população, do que entende não haver prejuízo de posterior responsabilização da empresa e do profissional estatístico responsáveis pela realização da pesquisa, caso fique constatada alguma ilegalidade ou fraude."

(...)



"ANTE O EXPOSTO, em consonância ao Parecer Ministerial, motivadamente, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela. (...) Decisão registrada eletronicamente. Publicações e intimações de estilo –inclusive via DJE. Ciência ao Membro Ministerial. (...)

PATRÍCIA LUZ CAVALCANTE
Juíza da 95ª Zona Eleitoral."

Portanto não merece guarida os argumentos apresentados pelo parte autora quanto aos itens que fundamentam o pedido de liminar, razão do seu INDEFERIMENTO, por não vislumbar o periculum in mora e o fumus boni iuris.

Notifiquem-se os representados para apresentarem defesa no prazo de 48 horas.

Após o decurso do prazo, dê-se vista ao Ministério Público Eleitoral, para se pronunciar no prazo legal.

Intimações necessárias.

João Pessoa - PB, 20 de outubro de 2020.

José Geraldo Pontes
Juiz Eleitoral da 70ª Zona

